



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO SEI Nº 74859/2024/MF

Brasília, 18 de Dezembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 378, de 19.11.2024, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 4082/2024, de autoria do Deputado Gustavo Gayer, que solicita “informações ao Sr. Ministro da Fazenda, a respeito da notícia que nossa moeda, o real, foi a segunda que mais desvalorizou em 2024”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do Parlamentar, o Despacho 46923262, da Secretaria de Política Econômica.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad, Ministro(a) de Estado**, em 18/12/2024, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46978391** e o código CRC **C38491BD**.



Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70048-900 - Brasília/DF

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2845597>

2845597





DESPACHO

Processo nº 19995.009152/2024-26

Assunto: RIC nº 4082/2024.

À ASPAR/GMF,

Em atenção ao Despacho MF-GMF-ASPAR-DIDEP 46610591), encaminho anexa manifestação da área técnica correlata, com a qual estou de acordo, acerca do **Requerimento de Informação (RIC) nº 4082/2024** (46578707), que solicita "*informações ao Sr. Ministro da Fazenda, a respeito da notícia que nossa moeda, o real, foi a segunda que mais desvalorizou em 2024*".

Anexo:

- **Despacho MF-SPE-SPM** (SEI nº 46835898).

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente

GUILHERME SANTOS MELLO

Secretário de Política Econômica



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Santos Mello, Secretário(a)**, em 09/12/2024, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46923262** e o código CRC **2EC8F661**.

Referência: Processo nº 19995.009152/2024-26.

SEI nº 46923262



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2845597>

2845597



DESPACHO

Processo nº 19995.009152/2024-26

Ao MF-SPE-GABIN,

Em atenção ao Despacho 46635176, acerca do **RIC nº 4082/2024** (46578707), que solicita "*informações ao Sr. Ministro da Fazenda, a respeito da notícia que nossa moeda, o real, foi a segunda que mais desvalorizou em 2024*", segue nossa sugestão de resposta.

==

1) Quais são os principais fatores que o Ministério da Fazenda identifica como responsáveis pela desvalorização do real em 2024?

A alta na cotação do dólar ao longo deste ano no Brasil pode ser atribuída a uma combinação complexa de fatores internos e externos. No contexto internacional, a revisão das expectativas quanto à política monetária dos Estados Unidos desempenhou um papel central. No começo de 2024, o Federal Reserve (Fed) sinalizou postergação no início da redução das taxas de juros, previamente projetada para o 1º semestre de 2024, motivada por indicadores de atividade e de mercado de trabalho mais fortes do que o esperado e pela persistência da inflação. Essa mudança nas expectativas resultou na redução dos fluxos de capitais para economias emergentes, incluindo o Brasil. No segundo semestre, apesar do início da flexibilização monetária pelo Fed, a expectativa com relação ao resultado da eleição americana e seus desdobramentos também levaram a um ciclo de fortalecimento do dólar.

No cenário doméstico, no primeiro semestre, ruídos quanto aos próximos passos da política monetária também influenciaram a cotação da moeda americana em comparação ao real. Algumas datas críticas surgiram neste contexto, como em 17 de abril, quando o guidance explicitado em ata do Copom foi revertido sem consenso do colegiado. Em 8 de maio, já como consequência dessa quebra de guidance não consensuada, houve divisão nos votos de membros do Copom, gerando especulações a respeito do futuro da política monetária no Brasil. Esses ruídos foram parcialmente minimizados apenas após a divulgação da ata da reunião do Copom de 8 de maio, que explicitou que a quebra do guidance foi o motivo do dissenso, e quando foi indicado o próximo presidente do Banco Central. No segundo semestre, concomitante às incertezas políticas na economia americana, as incertezas relacionadas a política fiscal também auxiliam a explicar a desvalorização do real.

As medidas fiscais anunciadas pelo Ministério da Fazenda em novembro representam um esforço amplo para fortalecer a sustentabilidade econômica do Brasil. Entre as principais mudanças, destaca-se a vinculação do reajuste do salário mínimo à nova regra fiscal, garantindo que o aumento real do salário mínimo seja sustentável dentro do orçamento da União. Além disso, o abono salarial também passará por alterações. No campo tributário, houve avanços importantes como a tributação de fundos exclusivos e de recursos em paraísos fiscais, corrigindo distorções históricas e promovendo equidade. Regras para evitar fraudes e garantir o uso eficiente dos recursos públicos foram reforçadas, incluindo ajustes na concessão de aposentadorias militares e no controle do teto constitucional para agentes públicos. Outra ação relevante foi o aprimoramento das regras orçamentárias: o crescimento das emendas parlamentares será limitado pelas regras fiscais, e metade dos recursos das comissões do Congresso será destinada obrigatoriamente à saúde pública, fortalecendo o SUS. Para evitar desequilíbrios fiscais, também será instituída a proibição de criação ou ampliação de benefícios tributários em caso de déficit primário. Essas mudanças, combinadas à reforma tributária e da renda, criam uma estrutura mais justa e eficiente, gerando uma economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos.

2) Como o Ministério avalia o impacto dessa desvalorização sobre a economia brasileira, especialmente em relação à inflação e ao poder de compra das famílias?

Há consenso de que o repasse do câmbio para a inflação depende de múltiplos fatores, tais como o nível de ociosidade da economia, o patamar da inflação e o grau de competição e abertura da economia, e ainda tende a ser assimétrico, sendo mais significativo no caso de depreciação do que de apreciação cambial. Os resultados de estudos feitos pelo Ministério da Fazenda mostram que uma elevação de cerca de 1% do câmbio aumenta a inflação de livres em cerca de 0,03 p.p. após um semestre.

A maior resiliência da inflação a variações cambiais é compatível com um setor real que, nos últimos dez anos,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2845597>

contou com maiores estoques ou com melhor acesso à proteção cambial, seja pelo aumento nas receitas em dólar, seja pelo maior acesso a mecanismos de *hedge* financeiro, como derivativos de câmbio. O aumento da competição no mercado internacional de bens e o acesso a uma gama variada de produtos de mercados distintos também pode explicar essa mudança na dinâmica do repasse do câmbio à inflação.

3) Quais medidas o Ministério está considerando ou já implementou para estabilizar o real e evitar uma maior desvalorização da moeda?

Desde 1999 o Brasil adota o regime de câmbio flutuante, onde a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, com base na oferta e demanda por moedas. O Ministério da Fazenda não adota medidas de intervenção direta no mercado de câmbio. Contudo, o Ministério tem liderado diversas medidas que visam a reduzir o déficit fiscal de forma a garantir uma trajetória sustentável da dívida pública. Essas ações fortalecem a confiança dos agentes econômicos sobre o país, evitando a fuga de capitais e atraindo investimentos. Destaca-se, por exemplo, a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal em 2023, regra que trouxe previsibilidade à trajetória das contas públicas, e as medidas adicionais de ajuste recentemente adotadas. O apoio do Congresso Nacional para o aprimoramento e aprovação dessas medidas é fundamental. A médio prazo, reformas econômicas, como a tributária, e a ampliação dos investimentos, como os do PAC e aqueles induzidos pelo Plano de Transformação Ecológica, devem contribuir para elevar a competitividade dos bens produzidos no país, com potencial para elevar as exportações e, com isso, ampliar a entrada de divisas, podendo fortalecer a cotação do real frente ao dólar.

4) Há planos para revisar a política cambial atual? Como o governo pretende garantir que a moeda se mantenha estável frente a flutuações no mercado internacional?

Um dos princípios do tripé de política econômica adotado pelo Regime de Metas de Inflação desde 1999 é o de câmbio flutuante. Dentro desse regime, a variação do câmbio não só é um fenômeno natural, como é um dos mecanismos para absorver eventuais choques externos que ocorram. O Banco Central a princípio não interfere no mercado para determinar a taxa de câmbio. Entretanto, em situações pontuais de disfuncionalidade no mercado financeiro, com escassez de liquidez ou descolamento muito grande dos fundamentos macroeconômicos, o Banco Central tem a capacidade de realizar intervenções no mercado de câmbio, de modo a reestabelecer a liquidez no mercado e estabilizar a cotação.

Não há planos de rever o sistema de câmbio flutuante e o Regime de Metas. Estabelecido há 25 anos no Brasil, o Regime de Metas de Inflação se mostrou ao longo do tempo ferramenta fundamental para o controle da inflação e a manutenção da estabilidade macroeconômica no país.

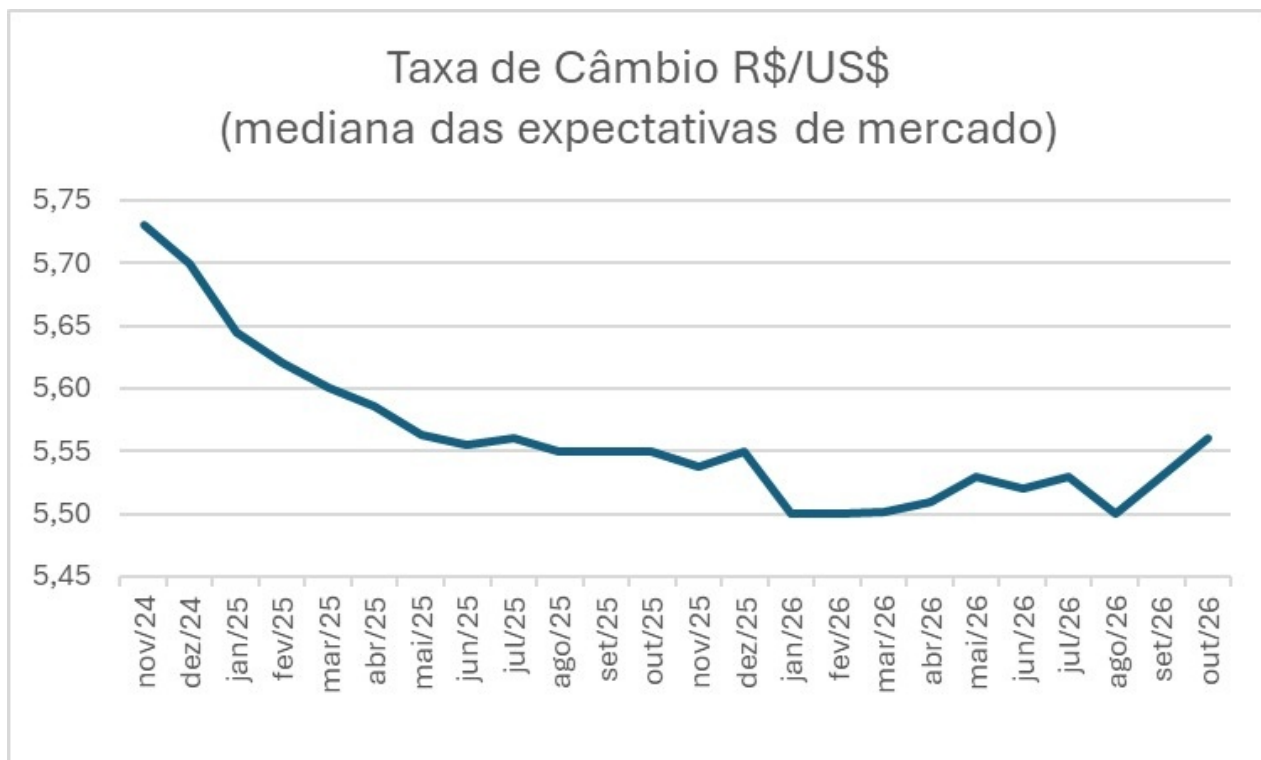
Além do câmbio flutuante, outros fatores que garantem a estabilidade do Brasil contra eventuais choques externos é a situação bem mais robusta das contas externas brasileiras na atualidade, quando comparadas a outros momentos da história do país. Do ponto de vista da balança comercial, o dinamismo das exportações do Brasil nos últimos anos permitiu que se alcançasse superávits comerciais significativos (em 2023, valor recorde de US\$ 98,83 bilhões). O fluxo de investimentos diretos no país têm coberto os déficits em transações correntes (Brasil foi o segundo maior recebedor de investimentos estrangeiros diretos dos países do G20, atrás apenas dos EUA). A dívida externa pública do país é baixa. Quando consideradas as reservas internacionais, o Brasil é credor externo líquido. A dívida pública interna também tem baixa exposição ao exterior, uma vez que os estrangeiros detêm menos de 10% de seu montante. Finalmente, o Brasil possui um montante significativo de reservas internacionais (cerca de US\$ 372 bilhões em setembro de 2024), que servem como um “colchão de segurança” contra eventuais choques externos.

5) Que previsões o Ministério tem em relação ao comportamento do real nos próximos meses? Existe uma estratégia específica para lidar com possíveis novas desvalorizações?

O Ministério da Fazenda não faz previsões próprias para a taxa de câmbio. Nas projeções da Grade de Parâmetros Macroeconômicos, são utilizadas as medianas das estimativas de mercado coletadas pela Pesquisa Focus do Banco Central do Brasil para o horizonte disponível, geralmente cinco anos à frente. Para os prazos mais longos, é utilizada a regra da taxa de câmbio de paridade de poder de compra (PPC).

Para os próximos 5 meses, a Pesquisa Focus do BCB de 22/11/2024 aponta que a mediana das estimativas de mercado para a taxa de câmbio deverá ficar em patamar entre R\$ 5,70 e R\$ 5,60 por dólar, recuando para ao redor de R\$ 5,50 nos meses seguintes.



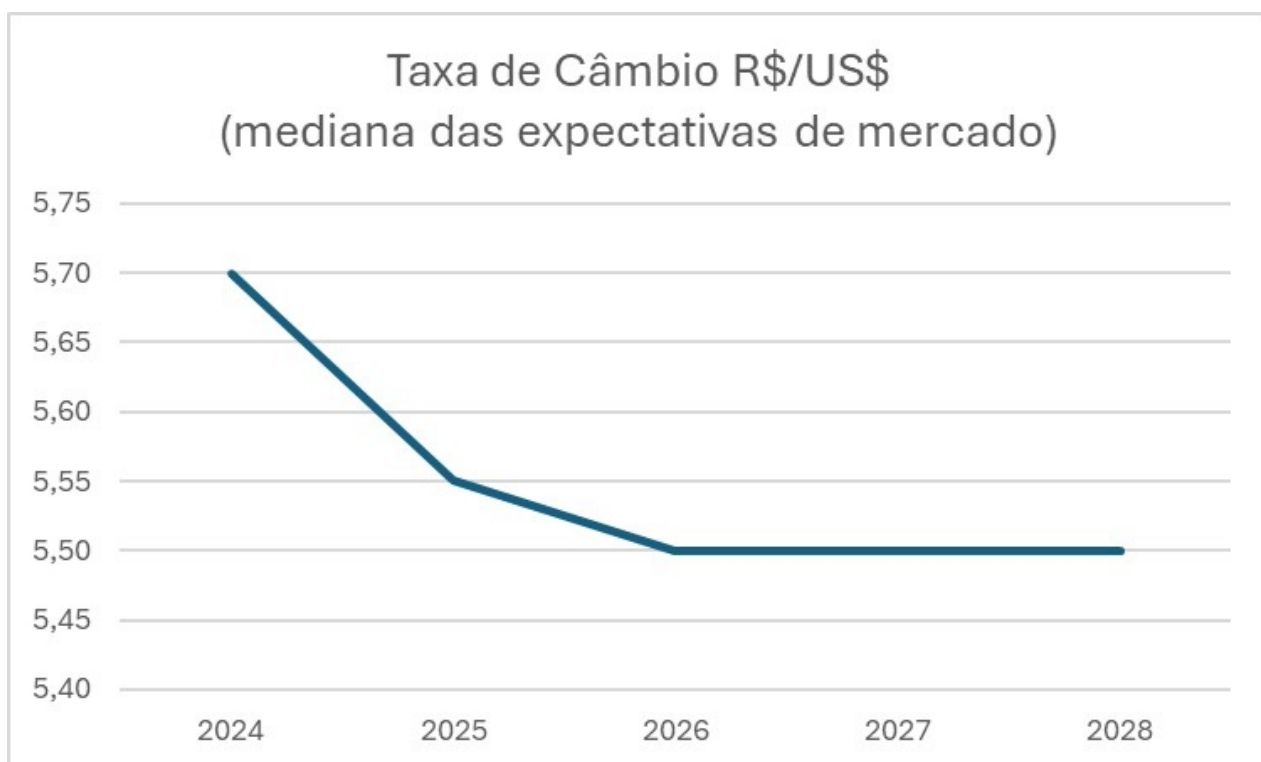


Fonte: BCB/Focus, de 22/11/2024.Fonte: BCB/Focus, de 22/11/2024.

Como o sistema atual de câmbio é de livre flutuação, não há estratégia específica de atuação em casos de valorização ou desvalorização, sendo o patamar da taxa de câmbio determinado pelas negociações em mercado.

6) Como o Ministério pretende restaurar a confiança dos investidores tanto nacionais quanto internacionais diante dessa situação?

Em relação à taxa de câmbio, reiteramos que o atual sistema em vigência no Brasil é o de livre flutuação, de acordo com as condições de mercado. Não há no horizonte de expectativas de mercado a projeção de descontrole da taxa de câmbio, ao contrário, com flutuações pontuais, mas de acomodação. Desse modo, não se vislumbra perda de confiança de investidores nacionais ou estrangeiros.



Fonte: BCB/Focus, de 22/11/2024.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2845597>

Cabe notar que é de competência do Banco Central do Brasil o acompanhamento do mercado de câmbio e o monitoramento do balanço de pagamentos do Brasil. O Ministério da Fazenda atua de forma a que se mantenham adequadas as condições macroeconômicas e o ambiente de negócios no Brasil. Nesse sentido, pode-se observar que as medidas de risco-país têm se mantido em patamares relativamente baixos, mesmo em ambiente internacional de incertezas.

7) Quais ações estão sendo pensadas para apoiar setores da economia que foram severamente impactados pela desvalorização da moeda, como o agronegócio e a indústria?

Para os setores expostos a riscos de variações cambiais, já existem diversos mecanismos de proteção, a exemplo dos leilões de *swap* cambial realizados pelo Banco Central. Nesse sentido, é saudável, do ponto de vista da mitigação de riscos sistêmicos, que os agentes de mercado sensíveis variações cambiais sigam adotando os seus mecanismos internos de controle e *hedge*, não cabendo, portanto, ao Ministério da Fazenda, quaisquer medidas seletivas de socorro. Apenas nos casos de disfuncionalidade dos mecanismos de mercado, como em cenários severos de falta de liquidez em moeda estrangeira, é atribuído ao Banco Central o papel de estabilização. Além disso, destaca-se que alguns setores, especialmente aqueles mais voltados para a exportação e aqueles cuja produção doméstica compete com bens similares importados, tendem a ser beneficiados no curto prazo com a desvalorização do real, mesmo que grande parte dos seus insumos sejam importados.

8) O Ministério tem um plano de comunicação para informar a população sobre os efeitos da desvalorização do real e as ações que estão sendo tomadas para enfrentá-la?

Os representantes do Ministério da Fazenda dialogam com transparência com a imprensa. Nas entrevistas, busca-se esclarecer como o processo de desvalorização cambial é uma tendência em países emergentes, especialmente diante de um cenário internacional mais incerto e de taxas de juros em patamar mais elevado nos EUA. Em adicional, também são feitos esclarecimentos sobre o ambiente doméstico e sobre a evolução da situação fiscal do país, com o objetivo de informar a população e o mercado e de reduzir os ruídos e incertezas. Por fim, destacam-se as publicações e os estudos produzidos e divulgados pelo Ministério da Fazenda que tratam do assunto (ver <https://shorturl.at/QXXU5>).

9) Como está sendo a colaboração entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central para lidar com essa questão? Existem planos de ações conjuntas para estabilizar a moeda?

O aspecto normativo do mercado de câmbio é definido conjuntamente no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central, Ministério da Fazenda e do Planejamento, cabendo ao Banco Central monitorar e garantir o funcionamento regular do mercado e o cumprimento da regulamentação. Existe, portanto, uma coordenação entre estas instituições no aspecto da regulamentação. Entretanto, no que diz respeito ao monitoramento do mercado de câmbio, o Banco Central tem autonomia para operar de forma individual, no âmbito do regime de câmbio flutuante, e em linha com a Lei de Autonomia do Banco Central (Lei Complementar 179/2021).

10) O Ministério está realizando alguma avaliação de riscos em relação a possíveis consequências de uma maior desvalorização do real para a economia e para as finanças públicas?

O Ministério da Fazenda acompanha continuamente os desdobramentos econômicos, incluindo a dinâmica cambial, com rigor técnico e atenção aos impactos potenciais sobre a economia e as finanças públicas. Como parte de sua atuação, utiliza ferramentas de análise e projeção para avaliar cenários e garantir que as políticas adotadas mantenham a estabilidade econômica e o bem-estar da população. O compromisso é assegurar que o Brasil continue no caminho do crescimento sustentável e da justiça social, priorizando sempre a responsabilidade fiscal, a estabilidade dos preços e a confiança nos mercados.

==

Brasília, 04 de dezembro de 2024.

Documento assinado eletronicamente

RAQUEL NADAL CESAR GONÇALVES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2845597>



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Nadal Cesar Gonçalves, Subsecretário(a)**, em 04/12/2024, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46835898** e o código CRC **E6693ACA**.

Referência: Processo nº 19995.009152/2024-26.

SEI nº 46835898



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2845597>